COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 8.133, DE 2017

Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que "cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e dá outras providências", para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

I - RELATÓRIO

Destina-se o projeto em apreço a determinar que os recursos arrecadados em decorrência das atividades levadas a termo pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI sejam aplicados no âmbito da própria autarquia. Segundo o Senador José Agripino, autor do projeto na casa de origem, a arrecadação do INPI totalizou, em 2016, "R\$ 357 milhões, superando em 8% a receita de 2015, quando atingiu R\$ 330 milhões", verba "contingenciada e repassada ao Tesouro Nacional, a fim de se cumprir as metas do Superávit Primário".

Essa circunstância, argumenta o parlamentar, vem gerando o "sucateamento" do instituto. Ainda de acordo com a justificativa, "o tempo médio para aprovação de patentes no Brasil passou de seis anos, em 2003, para onze, em 2015 – ante dois anos e meio nos Estados Unidos."

Segundo o relator da matéria na casa iniciadora, Senador Cristovam Buarque, "a matéria contribuirá para tornar mais eficaz e eficiente a

atuação do INPI, principal instrumento de implementação e garantia da propriedade industrial no País e essencial para o avanço da inovação e do desenvolvimento tecnológico”.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II - VOTO DO RELATOR

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, é responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria.

Entre os serviços do INPI estão os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia.

Apesar da importância da instituição e da significativa arrecadação que esta obtém pelos serviços prestados, a instituição não possui investimento suficiente devido ao contingenciamento ao Tesouro Nacional.

Com isso a eficiência da instituição está em risco, pois o número de servidores está extremamente defasado e vem caindo ano após ano. Para complementar o quadro desfavorável, o INPI, em virtude do ajuste fiscal pelo qual passa o Brasil, foi alvo de forte corte orçamentário pelo governo federal.

Nesse contexto, reverter as verbas oriundas de suas próprias atividades em favor do INPI permitirá a modernização e a contratação da mão de obra necessária pelo Instituto, conseqüentemente colaborando para o aumento da competitividade e desenvolvimento das indústrias nacionais.

Porém, a despeito da oportunidade e da conveniência da proposição em análise, é preciso promover um pequeno aperfeiçoamento em seu texto. A redação do projeto, excessivamente restritiva, impede que os recursos envolvidos em seu bojo sejam aplicados em convênios celebrados pelo

INPI com outras instituições, visto que só se faz referência a que sejam manejados “no próprio Instituto”.

Em razão do exposto, vota-se pela aprovação do projeto, com a emenda oferecida em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 8.133, DE 2017

Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que "cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e dá outras providências", para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto.

EMENDA DO RELATOR

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 4º-A acrescentado à Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, pelo art. 1º do projeto:

"Art. 4º-A Os recursos oriundos de serviços realizados pelo INPI serão aplicados obrigatoriamente no próprio Instituto ou em convênios que celebre com instituições públicas ou particulares.

.....”

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

Relator